**(MODELO)**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**ANEXO VIII**

**OFÍCIO DE FORMALIZAÇÃO DE INTERESSE RECÍPROCO**

À Senhora

MACAÉ EVARISTO

Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Brasília/DF

ASSUNTO: **MANIFESTAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE INTERESSE RECÍPROCO NA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA ENTRE A INSTITUIÇÃO (NOME DA ASSOCIAÇÃO) E O MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS.**

Apresentamos interesse em firmar Termo de Fomento ente a Instituição (NOME DA OSC) e o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a fim de conjugar esforços para a execução da proposta de interesse público e recíproco cadastrada no TRANSFERE GOV Sob o nº xxxxx/20xx, cujo objeto é “xxxxx”, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Respeitosamente,

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

**(MODELO)**

**ANEXO IX**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**Declaração de que não há no quadro de dirigentes e que não contratará, conforme Decreto nº 8726/2016, Art. 27:**

Declaro para os devidos fins, nos termos do decreto nº 8.726 de 2016, Art. 27, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* que **não há** no quadro de dirigentes da referida instituição:

* membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;
* cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a” deste inciso;

Declaro, ademais, que esta Instituição:

* **não contratará**, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
* **não serão remunerados**, a qualquer título, com os recursos repassados:

a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal;

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 1º Para fins deste Decreto, entende -se por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

§ 2º Para fins deste Decreto, não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO X**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**Declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art.º 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento. (Lei 13.019/2014, Art. 39, inciso IV)**

Declaro para os devidos fins, nos termos da Lei nº 13.019/2014, Art. 39, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

* Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
* Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
* Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
* Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
* Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
* Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
* Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO XI**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**DECLARAÇÃO SOBRE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL**

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, **caput**, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a *[identificação da organização da* ***sociedade*** *civil – OSC]*:

* dispõe de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO XII**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS**

**NOME DA OSC:**

**TITULO DO PROJETO :**

|  |
| --- |
| **MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS**OBS.: juntar as propostas |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade** | **Unidade** | **1º Orçamento** | **2º Orçamento** | **3º Orçamento** | **Média do valor orçado** |
| **Valor unitário** | **Valor total** | **Valor unitário** | **Valor total** | **Valor unitário** | **Valor total** |
| 1 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**Outros exemplos**

|  |
| --- |
| **MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE CELETISTA**OBS.: mencionar tabela referencial de Sindicatos etc. |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade** | **Unidade** | **Vigência e Data-Base** | **Nome do Sindicato/instituição** | **Número de registro no MTE** | **Salário base/piso** | **Auxílio Alimentação** | **Vale transporte** | **Encargos trabalhistas** | **Outros auxílios** | **Valor total**  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO XIII**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE PREÇOS**

(Inciso V e parágrafo 1º do artigo 25; parágrafo único do artigo 30; e parágrafos 2º e 3º do artigo 36 do Decreto nº 8.726/2016)

Eu, [NOME DA REPRESENTANTE LEGAL DA OSC], portador(a) do documento de identidade RG nº \*\*XXX\*\*, expedido pela XXXXX, inscrito(a) no CPF nº \*\*\*.XXX.\*\*\*, na qualidade de representante legal da [NOME DA OSC], com Sede [ENDEREÇO COMPLETO], inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, DECLARO, para os devidos fins, que a [NOME DA OSC] realizou pesquisa de mercado, a fim de verificar a compatibilidade de preços aferidos no orçamento do projeto denominado “Projeto: [NOME DO PROJETO]”, correspondente à proposta Transferegov.br nº XXXXXX/ano, conforme demonstram as cotações anexadas ao Transferegov.br, bem como que os valores dos itens apresentados no Plano de Trabalho estão aderentes à realidade de execução do objeto proposto e são compatíveis com os preços praticados no mercado.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO XIV**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

# **DECLARAÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL**

Eu, *(nome da representante legal entidade proponente),* portadora do documento de identidade RG nº XXXXX expedido pela XXXXX, inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, na qualidade de representante legal da (nome da entidade proponente), com Sede (endereço completo, cidade/UF, CEP), inscrita sob o CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, firmo o compromisso de, em decorrência da formalização do Termo de Fomento relativo à Proposta nº XXXXXX/2022 a ser firmado com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto do mencionado Termo de Fomento, por qualquer meio ou forma, a participação da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de acordo com às regras da Instrução Normativa SECOM-PR nº 8, de 19 de dezembro de 2014, no que se refere ao uso da marca do Governo Federal por terceiros.

Declaro estar ciente que a publicidade de todos os atos derivados do referido Termo de Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social.

Por último, declaro estar ciente da vedação da utilização nas atividades resultantes do instrumento de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO XV**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**TERMO DE COMPROMISSO SOBRE INTEGRIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)\_\_, representante legal da \_\_\_\_(nome da empresa/organização contratada ou convenente)\_\_\_\_, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que a empresa/organização ora qualificada não prática e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção.

Outrossim, declaro que a empresa/entidade envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade.

Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**TIMBRE DA INSTITUIÇÃO**

**ANEXO XVI**

**TERMO DE COMPROMISSO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS**

Eu, \_\_\_\_\_(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)\_\_, representante legal da \_\_\_\_(nome da empresa/organização contratada ou convenente)\_\_\_\_, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos que violem as leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem violação a direitos humanos.

Outrossim, declaro que a empresa/entidade envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao respeito aos direitos humanos.

Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**TIMBRE DA EMPRESA**

**ANEXO XVII**

**ORÇAMENTO DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS**

**Cliente:**

**Endereço do cliente:**

**CEP:**

**Cidade:**

**Estado:**

**Bairro:**

**Email:**

**CNPJ:**

**Telefone:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **item** | **descrição** | **quantidade** | **valor unitário** | **valor total** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **Subtotal** |  |  |  |
| **Total** |  |  |  |

* Validade da proposta
* Data da proposta

Nome do responsável pela proposta

Nome da empresa

CNPJ da empresa

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**TIMBRE DA EMPRESA**

**ANEXO XVIII**

**ORÇAMENTO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

**Cliente:**

**Endereço do cliente:**

**CEP:**

**Cidade:**

**Estado:**

**Bairro:**

**Email:**

**CNPJ:**

**Telefone:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **item** | **Descrição detalhada do serviço que será prestado** | **Qualificação dos profissionais que realização a prestação do serviço** | **Unidade de medida (dias/horas/etc)** | **valor unitário** | **valor total** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Subtotal** |  |  |  |  |
| **Total** |  |  |  |  |

* Validade da proposta
* Data da proposta

Nome do responsável pela proposta

Nome da empresa

CNPJ da empresa

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

Assinado digitalmente

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**TIMBRE DA EMPRESA**

**ANEXO XIX**

**DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE**

Eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador (a) da Carteira de Identidade n.º xxxxxxxxxxxxx, expedida pela SSP/xx, CPF nº. xxxxxxxxxxxxx, declaro que a xxxxxxxxxxxxx (nome do ente Federado ou Secretaria), CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxx, situado (a) à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxxxxx, DECLARO, para todos os fins de direito que realizarei todas as intervenções que se fizerem necessárias para promover a acessibilidade das ações relacionadas ao objeto do projeto: xxxxxxxxxxxxx, conforme Termo de Fomento a ser firmado entre esta/este xxxxxxxxxxxxx (nome da instituição) e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Brasília, DF, xx de xxx de 2024.

Assinatura

 Nome do responsável pelo proponente

Cargo

**(MODELO)**

**TIMBRE DA EMPRESA**

**ANEXO XX**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO**

Eu, [NOME DA REPRESENTANTE LEGAL DA OSC], portador(a) do documento de identidade RG nº \*\*XXX\*\* expedido pela XXXXX, inscrita no CPF nº \*\*\*.XXX.\*\*\*, na qualidade de representante legal da [NOME DA OSC], com Sede no [ENDEREÇO COMPLETO], inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXXXX, DECLARO, possuir pleno conhecimento da legislação aplicável ao Termo de Fomento n° XXX/20XX a ser celebrado com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em especial da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

DECLARO, outrossim, sob as penas da lei, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e deter plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade/UF, dia de mês de 20XX.

[Nome do Representante Legal da OSC]

Cargo

**(MODELO)**

**TIMBRE DA EMPRESA**

**ANEXO XXI**

**DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE DUPLICIDADE DE TERMO DE FOMENTO**

(Acórdão 638/2010 – TCU)

Eu, [NOME DA REPRESENTANTE LEGAL DA OSC], portadora do documento de identidade RG nº \*\*XXX\*\* expedido pela XXXXX, inscrita no CPF nº \*\*\*.XXX.\*\*\*, na qualidade de Representante Legal da [NOME DA OSC], com Sede [ENDEREÇO COMPLETO], inscrita sob o CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, DECLARO, para os devidos fins e sob penas da lei, perante a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – SNDCA/MDHC, que a [NOME DA OSC] não possui termo(s) de fomento vigente(s), celebrado(s) com qualquer órgão da União, para execução de objeto idêntico ou similar e/ou despesas ao previsto na Proposta Transferegov.br nº XXXXXX/ano.

Cidade/UF, dia de mês de 20XX.

[Nome do Representante Legal da OSC]

Cargo